

O VAZAMENTO DA WIKILEAKS NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: ALTERAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA, AÇÕES SIMBÓLICAS E SUAS LIMITAÇÕES

THE WIKILEAKS LEAKAGE IN THE DILMA ROUSSEFF GOVERNMENT: FOREIGN POLICY CHANGES, SYMBOLIC ACTIONS AND THEIR LIMITATIONS

Caique Sanches Bodine¹

Isadora Grossi²

Juan Sousa Perroni³

Matheus Siqueira⁴

Vitor Balbachevsky⁵

RESUMO

O vazamento promovido pela Wikileaks, em 2013 e 2015, que expôs espionagens realizadas pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos sob o governo brasileiro, é uma questão relevante para a análise das relações entre Brasil e Estados Unidos. Assim, essa pesquisa busca entender se tal acontecimento alterou de alguma forma a política entre tais países e qual o grau dessas alterações. A hipótese que se levanta ao decorrer do estudo é a de que houve uma forte mobilização simbólica dos aparatos discursivos do Estado, mas sem o objetivo de alterar a Política Externa no plano material e imediato. Assim, aponta-se para a conclusão de que tal movimentação decorre de uma correlação entre a política externa, a política interna e o desenvolvimento histórico do Partido dos Trabalhadores no Brasil. As fortes ações simbólicas e a inexistência de ações materiais se ligam a uma estrutura na qual parte da política interna busca interferir na formulação da política externa, mesmo que institucionalmente o presidente seja o principal articulador das direções de tal política.

Palavras-chave: Dilma Rousseff. Vazamento da Wikileaks. NSA. Correlação entre política interna e externa.

ABSTRACT

The leak promoted by Wikileaks, in 2013 and 2015, which exposed espionage carried out by the US National Security Agency under the Brazilian government is an important issue to the analysis of Brazil-United States relations. Thus, this research seeks to understand whether this event somehow changed the policy between these countries and the degree of these changes. The hypothesis that arises during the study is that there was a strong symbolic mobilization of the discursive apparatuses of the State, but without the objective of changing the Foreign Policy in the material and immediate plan. Thus, it points to the conclusion that such movement stems from a correlation between foreign policy, domestic policy and the historical development of the Workers' Party in Brazil. The strong symbolic actions and the inexistence of material actions are linked to a

¹ Universidade de São Paulo (caiquebodine@usp.br)

² Universidade de São Paulo (isadorapgrossi@usp.br)

³ Universidade de São Paulo (juanperroni@usp.br)

⁴ Universidade de São Paulo (matheus_siqueira@usp.br)

⁵ Universidade de São Paulo (v.balbachevsky@usp.br)

structure in which part of the domestic policy seeks to interfere in the formulation of foreign policy, even if institutionally the president is the main articulator of the directions of such policy.

Keywords: Dilma Rousseff. Wikileaks leak. NSA. Correlation between domestic and foreign policy.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2013, documentos ultrassecretos da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (ou National Security Agency, NSA) revelaram que o país tinha como alvo direto de espionagem a presidenta brasileira à época, Dilma Rousseff, e muitos de seus assessores, além de dados da estatal Petrobras. Os documentos foram vazados por Edward Snowden, um analista de sistemas ex-contratado pela NSA, que, em conversa com Glenn Greenwald, jornalista norte-americano atuante no Brasil, afirmou que revelaria tais documentos por considerar a privacidade dos chefes de Estado e cidadãos latino-americanos tão importantes quanto a dos estadunidenses (G1, 2013). Essa revelação — que expôs a espionagem norte-americana não só no Brasil, mas também em outros países — trouxe consequências para a relação entre EUA e Brasil. Rousseff adiou sua viagem de Estado a Washington e teve participação ativa nas Nações Unidas para combater esse tipo de atitude por meio de soluções multilaterais e discursos públicos.

As revelações em 2013 e em 2015 causaram fortes desconfortos no governo federal. Porém, questiona-se o quanto tal desconforto se estabeleceu no plano material para além do plano diplomático-dialético, tendo em vista a diferença de impacto entre o primeiro e o segundo vazamento, como será exposto a seguir. Dessa forma, este trabalho busca avaliar, através de uma metodologia qualitativa de análise de fontes primárias, qual impacto os vazamentos de documentos da NSA, revelando a espionagem, causaram na formulação da política externa brasileira (PEB) em relação aos EUA.

1. METODOLOGIA E MARCO TEÓRICO: O PAPEL DA FIGURA DO PRESIDENTE NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Em primeiro lugar, é importante destacar a importância da presidência no direcionamento da política externa, principalmente no presidencialismo pós-redemocratização do Brasil (Sanchez et al., 2006). A partir dos processos de formação da PEB, pode-se entender que,

ainda que não seja prioridade na agenda executiva, a formulação das estratégias de Política Externa tornou-se mais democrática entre os atores nacionais (Putnam, 2010).

Historicamente, a literatura trata a política externa brasileira como um setor à parte da política nacional. As relações internacionais do país raramente se tornam tema de um debate nas eleições presidenciais e é considerada uma área técnica, conceituada e afastada dos interesses políticos do Poder Executivo de modo geral — ao menos nas considerações feitas nas análises dos governos anteriores a 2018 — (Santiago, 2019, p. 4-7). Entretanto, uma parte da literatura tem buscado revisar essa perspectiva tentando explicar a importância das atitudes do presidente para considerar os rumos da formulação de política externa durante seu mandato, como é o caso de Burges e Bastos (2017, p. 278), que afirmam que “presidential political leadership is essential for the enactment of innovation in Brazilian foreign policy”.

Do mesmo modo, Cason e Power (2009) explicam como os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva retiraram parte do poder decisório do Ministério das Relações Exteriores e o trouxeram junto à Presidência. Os autores argumentam que dois fatores tiraram a monopolização da condução da política externa feita pelo Itamaraty: (i) o pluralismo de atores e (ii) o crescimento da diplomacia presidencial. Sendo esse segundo o fator mais importante, o sistema de presidencialismo pós-ditadura militar permitiu o aumento da influência do presidente perante a formulação da política externa, que foi mais utilizada por FHC e Lula.

No caso de Dilma, a presidenta voltou algumas casas no engajamento presidencial junto à PEB. Como afirmam Burges e Bastos (2017, p. 287) “Dilma’s approach to foreign policy thus appeared to largely be one of simply fulfilling the constitutional requirements and allowing Itamaraty to continue as it was”.

Entende-se que a formulação da política externa se encontra associada à política doméstica em questão, mesmo que o grau dessa inter-relação possa ser discutido a depender do caso. Assim, esta pesquisa adota como marco teórico-metodológico uma abordagem que entende que a formulação da política externa se dá através de uma relação de disputa intraestatal e extraestatal (Guilherme, 2014; Miranda; Bischoff, 2018; Sanchez et al., 2006; Santiago,

2019), somando-se a isso os apontamentos que destacam a peculiaridade do cenário brasileiro e a importância da agenda do Poder Executivo nessa dinâmica (Borges; Bastos, 2017; Cason; Power, 2009; Döpcker, 2002; Fonseca Jr, 2011; Giuliano; Novion, 2018). Em outras palavras, toma-se como pressuposto que a análise das motivações por trás da formulação de uma determinada política externa deve levar em conta não apenas o cenário internacional e o posicionamento geoestratégico do país, mas também as dinâmicas internas de poder que estão associadas à disputa pela formulação das políticas públicas nacionais — considerando-se aqui que a PEB trata-se de uma política pública (Sachez et al., 2006). Isto não significa, contudo, que não há uma independência entre a formulação da política interna e externa. Considera-se que há uma independência entre tais políticas visto que cada qual possui finalidades, atores e agentes específicos (Santiago, 2019), questionando-se apenas o grau que essa independência atinge. Vale destacar que a compreensão e análise do posicionamento do Executivo, em especial do presidente, necessita desse olhar minucioso para essas duas faces, visto que o ator é um dos poucos que se encontra na divisória da fronteira com a política interna e externa, atuando e sendo influenciada por ambas (Putnam, 2010; Santiago, 2019).

Para esta finalidade, as fontes primárias desta pesquisa caracterizam-se principalmente por notícias de jornais, discursos oficiais e atos de chancelaria disponíveis em domínio público. As fontes secundárias são baseadas em artigos, livros e capítulos de livros que buscam destacar processos de rupturas e continuidades na PEB no sentido mais amplo, além de destacar o processo de ascensão do governo de Dilma Rousseff e do projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT).

2. PANORAMA HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Uma parcela significativa dos autores que estudam a história da PEB tende a colocar como central a relação entre Brasil e Estados Unidos, incluindo algumas análises historiográficas que analisam toda PEB em função dessa relação bilateral (Milani, 2011). Os primórdios da relação entre Brasil e Estados Unidos remetem aos meados do século XIII com o processo de independência do Brasil e a atuação estadunidense no apoio internacional dado ao país (Octavio, 1924.). Vale ressaltar que tal estratégia não se encontrava restrita ao Brasil, mas

abrangia parcela significativa dos países da América Latina como parte de um mecanismo de inserção e afirmação estadunidense no sistema internacional. Esta relação muitas vezes se pautou pelo processo de subordinação destes países às políticas estadunidenses, com grande destaque para o período pós Segunda Guerra Mundial (Garcia, 2004). Um dos principais pontos de inflexão desta dinâmica ocorreu com a formulação da Política Externa Independente, que buscava desvincular a PEB da política externa estadunidense (Manzur, 2014). Parte desse processo, contudo, foi interrompido após o golpe de 1964 e a retomada parcial da política do alinhamento automático aos Estados Unidos, em muito influenciado pelo contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana (Milani, 2011).

Com o fim da Guerra Fria a partir da queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, a aparente unipolaridade formada pela hegemonia estadunidense no sistema internacional alterou significativamente as dinâmicas internas e externa dos Estados (Almeida, 2003; Fukuyama, 1992; Milani, 2011). No Brasil, o processo afetou não só internamente o PT, que precisou se reconfigurar com a nova realidade e adotou características de uma Realpolitik (Ricupero, 2017, p. 602-604), mas também a dinâmica de formulação da política externa. Com um processo iniciado por FHC, o Brasil buscou fortalecer seus laços multilaterais, mas buscando não afastar ou estremecer laços com os Estados Unidos por conta da característica histórica desta relação. Boa parte do governo Lula manteve tal estratégia, ao mesmo tempo que se aproximava de países do Sul global e buscava fortalecer laços com nações africanas e asiáticas. Assim, o Brasil retomou uma política externa com tendências ao pragmatismo responsável, mas sem afrontar diretamente as vontades estadunidenses (Bodine, 2021, p. 395-398; Fonseca, 2017; Guilherme, 2014; Ricupero, 2017; Silva; Andriotti, 2012).

O governo de Dilma Rousseff manteve boa parte dessa lógica, seja pelo desinteresse da presidenta por política externa — que era visto por ela mais como algo protocolar e que portanto poderia ser deixado ao cargo do Itamaraty —, seja pelas sucessivas crises internas que drenaram maior atenção e capital político do Executivo, como as Olimpíadas, a Copa do Mundo e o processo de impeachment (Malamud, 2011, p. 178; Passos, 2015; Ricupero, 2017, p.634-652). Assim, a PEB continuou sua aproximação com os países do Sul global, mas sem contestar diretamente interesses estratégicos centrais para os Estados Unidos.

3. O CASO DO VAZAMENTO DO WIKILEAKS E AS ALTERAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA

As revelações trazidas à tona por Edward Snowden em julho de 2013 tomaram de surpresa vários países ao redor do globo. No Brasil, a repercussão teve ajuda pelo fato de Glenn Greenwald — jornalista escolhido por Snowden para contar sua história — falar português, podendo publicar de forma direta suas reportagens, sem necessidade de tradução (G1, 2021) para noticiar a espionagem nos mais altos níveis do governo brasileiro, incluindo — mas não se limitando — à presidenta Dilma. Em vista do ocorrido, houve relevantes manifestações da sociedade civil expondo sua comoção e indignação, como é o caso de jornais, parlamentares, centrais sindicais, coletivos de juventude entre outros, que reagiram à época demandando, por exemplo, o respeito à soberania nacional (Intervezes, 2014).

Dilma estava com uma visita de Estado marcada para Washington para o final de outubro do mesmo ano. Após repetidas reportagens contendo as denúncias sobre a NSA, a presidenta decidiu adiar sua viagem, alegando falta de condições políticas razoáveis para o encontro. Apesar de simbólico, em especial no mundo cortês e polido da diplomacia (Moura, 2006, 2007), o momentâneo declínio da viagem não foi a única ação no foro da política internacional tomada pelo Brasil.

Uma semana após o cancelamento da viagem, em seu tradicional discurso de abertura da 68^a Assembleia Geral das Nações Unidas, Rousseff (2013) pontuou nominalmente a conduta estadunidense como uma violação dos direitos humanos, para além da soberania nacional, e clamou aos outros países que se mobilizassem para a criação de uma solução multilateral para esse problema. No discurso, a presidente pontuou que

Informações empresariais — muitas vezes, de alto valor econômico e mesmo estratégico — estiveram na mira da espionagem. Também representações diplomáticas brasileiras, entre elas a Missão Permanente junto às Nações Unidas e a própria Presidência da República tiveram suas comunicações interceptadas. *Imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas.* Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a *violação de direitos humanos e civis* fundamentais dos cidadãos de outro país.

[...] O problema, porém, *transcende o relacionamento bilateral de dois países. Afeta a própria comunidade internacional e dela exige resposta.* As tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre

os Estados. Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como *arma de guerra*, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países (Rousseff, 2013, grifo nosso).

De tom áspero, o discurso constituiu a *shaming strategy* que colocou o Brasil no centro do discurso, apesar da espionagem ter sido relatada também em outros países. Apesar do tema ser um problema histórico, esta foi a primeira vez que espionagem em tempos de paz foi pautada no âmbito da construção de um regime internacional. Após mobilizar ministérios e agências nacionais brasileiras para refinar sua estratégia diplomática, o país se alinhou à Alemanha para propor e aprovar duas resoluções (Resoluções 68/167 de 2013 e 69/166 de 2014) acerca dos direitos e garantias do uso da internet, posicionando-se como um formulador de política internacional, status que é menos comum para países em desenvolvimento. Inicialmente, o pleito envolvia colocar o direito à privacidade no escopo do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Após protestos dos EUA, que alegavam falta de objeto e de se tratar de uma questão de nível doméstico, a primeira resolução ao menos passou com referência expressa do termo “direito humano” (Abdenur; Gama, 2015).

Contudo, cabe fazer uma ponderação sobre o grau de mudança supostamente causado pelas revelações de Snowden. Santoro e Borges (2017), em seu artigo analisando o episódio, pontuam que os direitos da internet não eram uma pauta alheia ao debate brasileiro, como mostra o começo da tramitação do Marco Civil da Internet no Congresso Nacional. Para os autores, as revelações e a crise — principalmente interna — agiram como catalisadores de um processo que já estava em curso (ainda que de forma muito prematura) na esfera interna. O que, para eles, surpreende na atuação brasileira e pode ser considerado como um resultado das reportagens revelando a espionagem estadunidense foi o protagonismo adotado pelo país de pautar debates e aprovar normas em fóruns multilaterais, ainda que de forma não juridicamente vinculante (Borge; Santoro, 2017). A resolução, apesar de não prever obrigações mais específicas, incentivou os EUA a tomarem medidas mitigatórias, mesmo que cosméticas. (Abdenur; Gama, 2015).

Decorridos dois anos desse episódio e da dura posição contra a espionagem estadunidense da presidenta, em 2015, Rousseff finalmente foi ao encontro de Obama pela primeira vez desde 2013. O encontro contou com negociações de acordos bilaterais e onze ações firmadas,

sendo uma das mais importantes delas sobre a mudança climática. Entretanto, apenas alguns dias depois de Rousseff ter retornado da viagem presidencial, novas revelações de espionagem norte-americana no Brasil, especialmente com alvo na Presidência da República, vieram à tona. Dessa vez, as revelações foram veiculadas pelo site Wikileaks, organização que divulga na internet documentos secretos de agências governamentais de segurança do mundo inteiro. A revelação veio através de uma lista com 29 números que foram alvos de espionagem, dentre os quais encontravam-se o de diplomatas, assessores, ministros e o avião presidencial. Os grampos telefônicos foram instalados em embaixadas, no Banco Central e na residência de diplomatas.

Porém, diferentemente do caso de 2013, essa nova ocorrência não provocou tamanha indignação em Dilma. Quando indagada pelo jornal belga *Le Soir*, a presidenta disse que a crise diplomática era “uma questão do passado” (Matoso, 2015). Notas do Palácio do Planalto retificaram que, em diversas circunstâncias, “Dilma ouviu de Obama ‘o compromisso de que não haveria mais escutas sobre o governo e empresas brasileiras, uma vez que os EUA respeitam os ‘países amigos’” (Oliveira, 2015). Assim, as relações diplomáticas entre Brasil e EUA, que, em 2013, foram estremecidas pelas revelações, não foram impactadas na mesma medida com o caso de 2015.

Logo, considerando que a formulação da política externa é constituída não só pelas relações mais explícitas da chancelaria diplomática, mas também por ações simbólicas, como viagens presidenciais (Passos, 2015; Döpcker, 2003), discursos oficiais em fóruns internacionais (Corrêa, 2012) e nacionais (Miranda; Bischoff, 2018), é possível concluir que a PEB se alterou em algum grau. Entretanto, é possível questionar quão relevante e significativa essas pequenas alterações foram para a formulação mais geral da estratégia internacional brasileira.

4. AS MOTIVAÇÕES PARA AS MUDANÇAS E SEU GRAU DE IMPACTO NA FORMULAÇÃO GERAL DA POLÍTICA EXTERNA

É possível constatar que o caso envolvendo a espionagem estadunidense alterou, em algum grau, a formulação e a execução da política externa brasileira no período. As teorias mais ortodoxas de Relações Internacionais consideram que a formulação da política externa é feita

racionalmente com base em aspectos pragmáticos de poder e de posicionamento estratégico do Estado no sistema internacional (Mearsheimer, 2001; Morgenthau, 2003; Waltz, 2002). Além disso, essas teorias também consideram a existência de uma independência entre a formulação da política interna e a política externa, argumento que é reforçado em estudos de caso do desenho normativo brasileiro (Santiago, 2019). Assim, considerando o poder material dos Estados Unidos e a estreita relação histórica entre o Estado norte-americano e o Brasil (Milani, 2011), esperar-se-ia que a presidenta Dilma mobilizaria poucos recursos com a intenção de dar pouca atenção ao caso, não levando-o, por exemplo, ao plenário da ONU.

Assim, levando em conta que o marco teórico desta pesquisa questiona essas abordagens mais clássicas — entendendo suas vantagens mas também destacando certas limitações, como foi pontuado acima — é interessante questionar quais fatores levaram a esse posicionamento da presidenta na tomada de decisões — visto que aparentemente não havia o objetivo de alterar significativamente as relações bilaterais e a formulação da PEB — e qual o grau que efetivamente a reorientação da política exterior trouxe para o plano material.

Primeiramente, para entender os posicionamentos de Dilma é importante localizar brevemente a história de formulação da ideologia do Partido dos Trabalhadores, tendo em vista que estudos como aqueles propostos por Fonseca Jr. (2011), Guilherme (2014), Burges e Bastos (2017) apontam para uma centralidade da figura do presidente na formulação da PEB por conta do desenho institucional-normativo do país. Parte da história de fundação do PT e da criação da ideologia de sua política externa passa por uma relação direta com as bases intelectuais que atuaram nesse processo e que continuaram sendo parte de alas importantes internas do Partido (Almeida, 2003; Giuliano; Novion, 2018; Singer, 2012). Entretanto, como é mostrado por Ricupero (2017, p. 602-604), após as sucessivas perdas nas eleições, o PT passa a adotar, sob a orientação de José Dirceu, uma estratégia pragmática de *realpolitik* em sua busca pelo poder, gerando contradições entre parte de sua base e a constante necessidade de conciliações entre os setores internos e externos ao partido. Assim, aprofundou-se no partido disputas entre a base mais ortodoxa — a qual inclusive teve uma parte desmembrada com a fundação do PSOL — e o projeto de conciliação proposto por Lula e seguido por Dilma.

Dessa forma, deve-se ter em mente que, por mais que a política externa angarie um baixo grau de interesse na sociedade como um todo (Souza, 2009, p. 128 *apud* Ruivo, 2015, p. 52-54), a presidenta Dilma muito provavelmente viu-se pressionada por suas bases mais ortodoxas do PT e pelos ideais constitutivos do Partido que buscavam salientar a luta anti-imperialista e de relações com o Sul global (Oliveira, 2005; Giuliano; Novion, 2018), o que justificaria a decisão de denunciar o caso de espionagem estadunidense.

Entretanto, é interessante sublinhar qual o grau da força das ações da presidência. Apesar das alterações já supramencionadas, nota-se que não houve um esforço para impedir a celebração e ratificação de acordos bilaterais, não houve uma alteração nos quadros diplomáticos presentes em embaixadas brasileiras em Washington e nem a solicitação de alteração dos quadros das embaixadas estadunidenses no Brasil, para dar alguns exemplos. Assim, pode-se concluir que tais mudanças políticas não foram substanciais, mas sim simbólicas em vista da relação de forças dentro do Partido e a necessidade de agradar determinados setores críticos ao caso estadunidense⁶.

As alterações no plano simbólico e de médio a longo prazo, por sua vez, mantiveram as diretrizes que já se encontravam em curso na PEB desde o período de FHC e aprofundadas durante os governos Lula e Dilma. Tendo em vista o discurso terceiro mundista que buscava construir o Brasil como uma liderança do Sul global — tanto para os EUA e para a Europa quanto para a África e o Leste Asiático — (Guilherme, 2014; Silva; Andriotti, 2012), a crítica à espionagem buscava corroborar com tal estratégia. Entretanto, assim como o Brasil buscou se aproximar dessas nações sem ameaçar em muito os interesses do dito “Ocidente”, as denúncias públicas sem a mobilização de um aparato da PEB para mudanças efetivas das relações bilaterais seguem as diretrizes gerais da política externa que estavam em curso.

Porém, vale mencionar que a alteração discursiva em planos não-materiais da execução da PEB altera sua formulação, implementação e concepção quando compreendido um contexto de longo prazo de consolidação do pensamento epistemológico associado a ela (Bodine,

⁶ São os casos, por exemplo, dos deputados Lindbergh Farias e José Guimarães — na época, líder do PT na Câmara — e do senador Eduardo Suplicy. (Disponível em <<https://ptnosenado.org.br/senadores-do-pt-querem-que-brasil-lidere-discussao-sobre-espionagem/>>. Acesso em: 04 maio 2022. Disponível em: <<https://ptnacamara.org.br/portal/2013/07/09/lider-do-pt-propoe-mocao-de-repudio-aos-eua-por-espionagem-eletronica-e-telefonica/>>. Acesso em: 04 maio 2022).

2020; Chowdhry; Nair, 2002; Walker, 1993; Wendt, 1992). Contudo, constata-se que, apesar disso, a alteração da formulação não perpassou, no curto prazo, por mudanças no plano material, sendo pouco significativas nas relações bilaterais entre os Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os pontos explicitados por este trabalho, é possível concluir que os vazamentos de casos de espionagem estadunidense com alvo na presidenta Dilma não afetaram significativamente a PEB no curto prazo, nem alteraram a relação bilateral entre os EUA e o Brasil naquele período, apesar de poder-se argumentar que houve uma tentativa de alteração simbólica pela mudança de tom nos discursos oficiais. Apesar de, em 2013, a comoção ter sido expressiva por parte da opinião pública e o desconforto de Dilma ter aparecido em seu discurso de abertura da 68ª Assembleia Geral da ONU, isso não foi o suficiente para reformular os aspectos materiais da PEB naquele momento.

Como já mencionado, é possível observar uma mudança simbólica e discursiva na política externa do Brasil, criticando os EUA ao defender sua soberania, ainda que tenha mantido uma agenda que já ocorria no plano doméstico e internacional. Assim, houve uma adaptação da política externa frente às revelações, o que possibilitou ao Brasil se caracterizar, naquele momento, como um formulador de política internacional, posição essa que estava de acordo com a ideologia interna ao partido da presidenta.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, A.; GAMA, C. 2015. “Triggering the Norms Cascade: Brazil's Initiatives for Curbing Electronic Espionage”. *Global Governance*, n. 21, pp. 455-474.
- ALMEIDA, P. R. 2003. “A política internacional do Partido dos Trabalhadores: Da fundação à diplomacia do Governo Lula”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, pp. 87-102.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. 2013. *Resolution adopted by the General Assembly on 18 December 2013: The right to privacy in the digital age*. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/68/167>>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. 2014. *Resolution adopted by the General Assembly on 18 December 2014 (69/166): The right to privacy in the digital age*. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/RES/69/166>>. Acesso em: 29 jul. 2021.
- BODINE, C.S. 2020. “O enforcement das decisões da Organização Mundial da Saúde, por

- soft power, na pandemia da COVID-19”. *Revista Acadêmica XI de Agosto*, v. 1, pp. 19-26.
- BODINE, C. S. 2021. “O Brasil e sua projeção latinoamericana no Governo Lula (2003-2010): Um estudo do acordo de substituição diplomática entre Brasil e Argentina”. *Revista Avant*, v. 5, n. 2, pp. 390-405.
- BORGER, J. 2013. “Brazilian president: US surveillance a breach of international law.” *The Guardian*, 24 de set. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/sep/24/brazil-president-un-speech-nsa-surveillance>>. Acesso em: 26 Jul. 2021.
- BURGES, S. W.; BASTOS, F. H. C. 2017. “The importance of presidential leadership for Brazilian foreign policy”. *Policy Studies*, v. 38, n. 3, pp. 277-290.
- CASON, J. W.; POWER, T. J. 2009. “Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era”. *International Political Science Review*, v. 30, n. 2, pp. 117-140.
- CHOWDHRY, G.; NAIR, S. 2002. *Power, Postcolonialism and International Relations: Reading Race, Gender, and Class*. Londres: Routledge.
- CORRÊA, L. (Org.). 2012. *O Brasil nas Nações Unidas (1946-2011)*. 3 ed. Brasília: FUNAG.
- COSTA, F. 2015. “Episódio do grampo dos EUA está 'superado' para o governo, diz ministro”. *GI*, 4 de jul. Disponível em: <<http://glo.bo/1JF4llg>>. Acesso em: 26 de jul. 2021.
- DÖPCKER, W. 2002. “Lula na África II: O safari do Presidente e a imprensa brasileira”. *Meridiano 47*, n. 40.
- ESTADÃO. 2013. “Dilma cancela viagem aos EUA”. *Estadão*, 17 de set. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-cancela-viagem-aos-eua,1075730>>. Acesso em: 27 Jul. 2021.
- INTERVOZES. 2014 *Entidades cobram do Ministério da Justiça resposta do governo ao pedido de asilo feito por Edward Snowden*. São Paulo: Intervezes. Disponível em: <<https://intervezes.org.br/entidades-cobram-do-ministerio-da-justica-resposta-do-governo-ao-pedido-de-asilo-feito-por-snowden/>>. Acesso em 27 jul 2021.
- FOLHA DE SÃO PAULO. 2015. “EUA espionaram ministros de Dilma e Banco Central, revela WikiLeaks”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de set. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/07/1651688-segundo-wikileaks-dilma-e-aviao-presidencial-foram-espionados-pelos-eua.shtml>>. Acesso em: 26 de Jul. de 2021.
- FONSECA JR, G. 2011. “Política Externa Brasileira: Padrões e descontinuidades no período republicano”. *Relações Internacionais*, v. 29, pp.15-32.
- FONSECA, C. 2017. "O Brasil de Lula A permanente procura de um lugar no sistema internacional". *Relações Internacionais*, n. 55, pp 51-70.

- FUKUYAMA, F. 1992. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- G1. 2013. “Documentos revelam esquema de agência dos EUA para espionar Dilma”. *Fantástico*, 01 set. Disponível em: <<http://glo.bo/1e5xPGX>>. Acesso em: 26 Jul. 2021.
- GARCIA, T. C. 2004. *O "it verde e amarelo" de Carmem Miranda (1930-1946)*. São Paulo: Annablume; Fapesp.
- GIULIANO, R. G.; NOVION, J. 2018. “O Partido dos Trabalhadores: da formação ao golpe de 2016, elementos para análise”. *Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas*, v. 2, n. 3, pp. 215-230.
- GREENWALD, G.; MIRANDA, D. 2015. “NSA’s Top Brazilian Political and Financial Targets Revealed by New WikiLeaks Disclosure”. *The Intercept*, 4 de jul. Disponível em: <<https://theintercept.com/2015/07/04/nsa-top-brazilian-political-and-financial-targets-wikileaks>>. Acesso em: 26 Jul. 2021.
- GUILHERME, C. A. S. A. 2014. “A América do Sul como prioridade: A política externa no governo Lula (2003-2010)”. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 8, n. 15.
- MALAMUD, A. 2011. “La política externa de Dilma Rousseff: ¿menos de lo mismo?” *Iberoamericana*, v. 11, n. 41, pp. 174-179.
- MANZUR, T. M. P. G. 2014. “A política externa independente (PEI): Antecedentes, apogeu e declínio”. *Lua Nova*, n. 93, pp. 169-199.
- MATOSO, F. 2015. “Dilma diz que crise diplomática com EUA é ‘uma questão do passado’”. *G1*, 8 de jun. Disponível em: <<http://glo.bo/1Izwrhj>>. Acesso em: 27 de Jul. de 2021.
- MEARSHEIMER, J. 2001. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W Norton and Company.
- MILANI, C. R. S. 2011. “A importância das relações Brasil-Estados Unidos na política Externa Brasileira”. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n. 6, pp. 69-85.
- MIRANDA, J. A. A.; BISCHOFF, V. 2018. “Educação internacional como Soft Power: O ensaio da Política Externa de Dilma Rousseff”. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 13, n. 4, pp. 899–915.
- MORGENTHAU, H. J. 2003. *A Política Entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- MOURA, C. P. 2006. “O inglês, o parentesco e o elitismo na Casa de Rio Branco”. *Cena Internacional*, ano 8, n. 1, pp. 20-34.
- MOURA, C. P. 2007. *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira: Um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

OCTAVIO, R. 1924. *O Reconhecimento da Independência do Brasil pelos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

OLIVEIRA, E. 2015. “EUA grampearam telefone do avião de Dilma”. *O Globo*. In: BRASIL, Senado Federal. Biblioteca digital do Senado Federal, 05 jul. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/513286?show=full>>. Acesso em: 26 Jul. 2021.

OLIVEIRA, M. 2005. “Alianças e coalizões internacionais no Governo Lula: O IBAS e o G-20”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, pp. 55-69.

PASSARINHO, N. 2013. “Dilma diz na ONU que espionagem fere soberania e direito internacional”. *G1*, 24 de set. Disponível em: <<http://glo.bo/1gWcvSU>>. Acesso em: 27 de Jul. de 2021.

PASSOS, R. D. F. 2015. “A política Externa do Governo Dilma Rousseff: Uma brevíssima análise”. In: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (Orgs). *A conjuntura econômica e política Brasileira e Argentina*. Cultura Acadêmica: Marília, pp. 85-92.

PUTNAM, R. 2010. “Diplomacia e Política Doméstica: A Lógica dos Jogos de Dois Níveis”, *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, pp. 147-74.

RICUPERO, R. 2017. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro, Versal.

ROUSSEFF, D. 2013. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas*. 24 de set. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 29 jul. 2021

RUIVO, M. M. 2015. *Opinião Pública e Política Externa: Criação de uma tipologia brasileira*. Orientador: Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo.

SANCHEZ, M.; SILVA, E.; CARDOSO, E.; SPÉCIE, P. 2006. “Política Externa como Política Pública: Uma Análise pela Regulamentação Constitucional Brasileira (1967-1988)”, *Revista de Sociologia Política*, v. 27, pp. 125-43.

SANTIAGO, R. 2019. “A atuação *ex post* dos deputados brasileiros em política externa: Entre a *critical issue perspective* e a relação Executivo-Legislativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 101, pp. 1-20.

SANTORO, M.; BORGES, B. 2017. “Brazilian foreign policy towards internet governance”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 60.

SILVA, A.; ANDRIOTTI, L. 2012. "A cooperação Sul-Sul na política externa do governo Lula (2003-2010)". *Conjuntura Austral*, v. 3, n. 14, pp. 69-93.

SINGER, A. 2012. *Os sentidos do Lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

WALKER, R. B. J. 1993. *Inside/Outside: International relations as political theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

WALTZ, K. 2002. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.

WENDT, A. 1992. “Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power”. *International Organization*, v. 46, n. 2, pp. 391-425.

WIKILEAKS. 2015. “Bugging Brazil Press Release”. *Wikileaks*, 4 de set. Disponível em: <<https://wikileaks.org/nsa-brazil/>>. Acesso em: 26 de Jul. de 2021.